

DO MEDITERRÂNEO DE BRAUDEL AO SAARA GLOBALIZADO

Matheus Kochani Frizzo
Mestrando em História (UFPR)
mkfrizzo@gmail.com.

Resumo

Partindo das ideias seminais de ‘Geo-História’ e ‘Longa Duração’ elaboradas por Fernand Braudel e de suas considerações sobre a História Global e o Mar Mediterrâneo, analisaremos o deserto do Saara como um espaço historicamente construído e, sob essa ótica, integrado a um espaço maior, afro-urasiático. Para isso, a mobilização do arcabouço teórico dos estudos decoloniais é crucial para o descentramento da Europa em nossas pesquisas, bem como para a elaboração de uma história africana desracializada. Além disso, é necessário que façamos uma leitura crítica daquelas que são as principais fontes para o Norte de África pré-moderno: os relatos escritos provenientes da literatura árabe-muçulmana. Ao considerarmos esse corpus descritivo enquanto “mapas”, somos capazes de apontar, por um lado, sua dimensão discursiva e construtiva do espaço e, por outro, tanto suas limitações quanto potencialidades como fontes históricas.

Palavras-chave: Fernand Braudel; História Global; Estudos Decoloniais; Norte de África; fontes árabe-muçulmanas; mapas.

Em seu artigo *História e ciências sociais: a longa duração* (1965), Fernand Braudel define o famigerado conceito de ‘longa duração’, que compõe o amplo arcabouço teórico que o historiador francês mobiliza ao longo de suas diversas obras que, em conjunto, formam um grande projeto de escrita de uma história que coloca no centro de seus processos o Mar Mediterrâneo¹. Seguindo uma abordagem interdisciplinar, sobretudo entre a História e a Geografia, Braudel concentrou seus esforços nas lentas transformações estruturais nesse espaço geográfico, historizando-o e tornando o espaço uma categoria analítica à parte. Como explica Guilherme Ribeiro:

No caso específico de Braudel, nossa tese é que a geografia possui papel epistemológico central na elaboração de seu pensamento, uma vez que ela está diretamente ligada à apreensão das estruturas de longa duração inscritas na natureza, nas civilizações, nas formações territoriais e nas paisagens materiais (2015, p. 606).

Refletindo sobre o espaço a partir dessa perspectiva, Fernand Braudel formulou um conceito próprio que expressa a análise multiescalar do tempo e do espaço, articulando os seres

1 Projeto composto por obras que incluem: os dois tomos de *La Méditerranée (L'Espace et l'Histoire e Les Hommes et l'Héritage)*; *Les mémoires de la Méditerranée: Préhistoire et antiquité*; e os dois volumes de *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen a l'époque de Philippe II*

humanos ao seu ambiente, humanizando o espaço e salientando a indissociabilidade das sociedades em relação a ele (RIBEIRO, 2015, p. 609). É o que ele chamou de Geo-História, isto é, a concepção de que “a vida de uma sociedade depende de fatores físicos e biológicos; ela está em contato, em simbiose com eles, que modelam, ajudam ou atrapalham sua vida e, portanto, sua história... Não toda a história, mas uma parte” (RIBEIRO, 2015, p. 622).

Sua proposta de uma abordagem histórica e sistemática do espaço ganhou destaque ao longo da década de 1990 com o que hoje chamamos de *spatial turn* (virada espacial), isto é, a crescente percepção do meio acadêmico “de que a mudança social não pode ser explicada satisfatoriamente sem uma reconceitualização das categorias relativas à componente espacial da vida social” (LÖW, 2013, p. 17). Nesse sentido, o espaço se torna uma unidade analítica central para a História, uma vez que os historiadores começam a chegar à conclusão de que “olhar para o tempo não exclui olhar para o espaço. Nossa compreensão do tempo - como em, nossa compreensão do valor pedagógico da periodização - é um pouco dependente de nossa compreensão dos âmbitos geográficos” (PINTO, 2019, p. 265).

É nesse novo contexto que a História Global começa a crescer e ganhar adeptos, sobretudo na academia anglófona, inspirada nos enfoques historiográficos da Revista dos Annales das décadas anteriores, com destaque para Marc Bloch e Fernand Braudel, e no trabalho pioneiro do historiador canadense William H. McNeill (BOVO; BAYARD, 2020). A partir dos anos 1990, a discussão começava a se direcionada para uma abordagem global, isto é, para “uma visão mais ampla e geograficamente expansiva, com foco global em padrões de manifestações culturais entre culturas e em como esses padrões mudam e são modificados pelas idiossincrasias da natureza humana em todo o mundo” (PINTO, 2019, p. 257). Nesse sentido, a História Global se trata de um empreendimento intelectual que, à revelia de sua pluralidade interna, possui um objetivo comum de superar o nacionalismo e o eurocentrismo metodológicos, o que torna sua articulação aos estudos decoloniais algo incontornável.

Além desse objetivo, Diego Adrián Olstein aponta quatro estratégias metodológicas que formam um programa comum. Ao comparar, conectar, conceituar e contextualizar, uma abordagem global é capaz de construir quadros amplos, simultaneamente: (a) sistemáticos, uma vez que baseados em conceitos e modelos e buscarem padrões e regras; (b) dinâmicos, ao considerarem a heterogeneidade de seus sistemas e sua historicidade com base nas noções de “movimento, mobilidade e circulação” (SILVA, 2020, p. 20). Por fim, uma perspectiva global procura efetuar

um jogo de escalas, tanto temporais quanto espaciais, dividindo seus focos em macro análises e microanálises, de maneira sincrônica. Isso implica que, apesar de certas vertentes específicas irem por esse caminho, a História Global não pretende necessariamente produzir uma história de todo o mundo, mas sim de “mundos” específicos, articulando-os tanto às suas partes quanto à totalidade mais ampla, em um movimento dialético que Milton Santos sintetiza dessa forma:

O todo somente pode ser conhecido através do conhecimento das partes e as partes somente podem ser conhecidas através do conhecimento do todo. Essas duas verdades são, porém, parciais. Para alcançar a verdade total, é necessário reconhecer o movimento conjunto do todo e das partes, através do processo de totalização (SANTOS, 2002, p. 77).

Portanto, mais do que um simples resgate no esquema tripartite de Braudel (que divide as escalas de análise temporal em tempo dos acontecimentos, tempo das conjunturas e tempo longo das estruturas), a ideia é decompor tanto o tempo quanto o espaço em “totalidades menores” que compõem uma “totalidade integral”, articuladas através de uma lógica própria que as tornam uma totalidade global (AGUIRRE ROJAS, 2013, pp. 29-30). São essas totalidades globais que Morales e Silva chamam de “mundos” à parte, anteriores à globalização capitalista contemporânea (MORALES; SILVA, 2020, p. 142).

Apesar das inúmeras contribuições que a abordagem de Braudel nos herdou, sobretudo ao pensarmos em sua produção que colocava no centro dos processos históricos o Mar Mediterrâneo, persistiu na historiografia uma tendência oposta quando falamos do deserto do Saara. Visto pelos europeus como uma barreira geográfica, o Saara se tornou uma espécie de divisor entre uma “África negra” sul saariana, supostamente ocupada por sociedades cujas populações tinham pele mais escura, e uma “África branca”, marcada pelas sociedades árabe-muçulmanas. A cor da pele nessa esquematização mecanicista, todavia, não é apenas um elemento diferenciador ingênuo e desprezioso. Pelo contrário, é um signo que opõe essas duas Áfricas em termos biológicos, associando a primeira ao atraso e à selvageria e a segunda, por estar mais próxima fenotipicamente dos brancos europeus, à alta cultura e à civilização.

Evidentemente, não apenas essa visão racista está errada, tanto por não se embasar na realidade quanto por seus estereótipos colonialistas e eurocêntricos, mas também está essa percepção acerca do deserto do Saara. Ao contrário de uma simples barreira física, completamente inóspita e alheia à vida, o Saara é, desde a Antiguidade, um espaço de trânsitos e conexões, bem

como de confrontos e disputas. Nesse sentido, é poderosa a figura de linguagem que José Rivair Macedo utiliza para descrever esse Saara: como um “mar de areia”. Isto é, assim como no Mar Mediterrâneo, “por ele transitaram pessoas, mercadorias, crenças, ideias, técnicas, tradições culturais” (2013, p. 46, grifo meu).

Dessa forma, o Saara sempre foi um espaço transpassado por rotas comerciais, que atravessam e conectam cidades, entrepostos e oásis (seus pontos nevrálgicos) e são frequentadas por caravanas de berberes, tuaregues, sudaneses, árabes, andaluzes, entre outros, que praticavam as mais diversas atividades: “Compra, venda, tributos de passagem, hospedagem, serviços de guia ou de proteção eram atividades freqüentes, que ligavam diferentes pontos do centro-norte do continente africano e que tinham o Sahel como ponto central desse movimento (MARQUES, 2008, p. 46).

Porém, para que possamos compreender o Saara sob essa ótica, precisamos revisar nossos conceitos, categorias e modelos teóricos e, tendo em vista os novos problemas que surgem com essa reavaliação, propor novos modelos que escapem do eurocentrismo dos estudos tradicionais e sejam capazes de nos dar respostas que partam do próprio objeto, isto é, a África:

A África deve ser estudada a partir de suas próprias estruturas, analisando-as em função das inter-relações dentro do continente, mas também em relação ao mundo extra-africano. Somente assim poderão ser descobertas as múltiplas maneiras pelas quais a evolução dos povos africanos interferiu e/ou influenciou eventos nas diversas sociedades do mundo e não somente o inverso, como tem se dado até agora. Um enfoque diacrônico que privilegie tanto as relações intra-africanas quanto a interação do continente com o mundo exterior permitirá dar conta de fenômenos e de períodos que ainda se mantêm na escuridão, e são lacunas do conhecimento mundial (WEDDEBURN apud MACEDO, 2018, p. 31).

Nesse processo, com base no artigo de Gareth Austin (2007), nos encontramos em uma “corda bamba”. Por um lado, precisamos estar atentos ao “eurocentrismo conceitual”, ou seja, na transplantação acrítica de modelos conceituais que servem para explicar realidades europeias para a realidade africana. Por outro, seria improdutivo jogarmos fora todo o arcabouço teórico que conhecemos por causa de um medo perfeccionista de causar distorções. Um meio caminho estaria, na linha do que propõe Austin, no uso desses conceitos exógenos ao continente africano de forma crítica e contrabalaneada pelos estudos decoloniais. Exemplo disso é como os mais diversos africanistas, autóctones ou não, se utilizam das elaborações da História Global, da Teoria da

Dependência e da Teoria dos Sistemas-Mundo para integrar a história africana à de outros continentes, sobretudo no período pré-colonial.

Com base no conceito de “comparação recíproca”, criado e utilizado por Kenneth Pomeranz em sua obra *The great divergence: China, Europe, and the making of the modern world economy*, Gareth Austin defende que isso é possível quando deixamos de considerar a Europa Ocidental como régua para nossas análises para considerá-la, de maneira descentralizada, como um desvio como qualquer outro. Isso não significa, contudo, que existam sistemas homogêneos, fato que nos exige sensibilidade para lidar com os jogos de escala temporais e espaciais desse tipo de análise:

Isso não significa que deve haver apenas um modelo subsaariano (muito menos “africano”) em qualquer contexto particular. A síntese não deve significar a imposição de uma falsa homogeneidade. Mas não é provável que a história africana seja efetivamente integrada em relatos mais amplos da história humana se os africanistas não puderem identificar dentro da história africana os principais padrões de semelhança e diferença no espaço e no tempo (AUSTIN, 2007, p. 10, tradução livre).

É essa sensibilidade que torna um modelo sistemático dessa magnitude útil para para outras pesquisas. Contudo, é necessária parcimônia para que esse cuidado não se torne atrofiante: “Por mais importante que seja reconhecer a diferença local, é essencial não se deixar desabilitar por ela” (AUSTIN, 2007, p. 11).

Dessa forma, seremos capazes de produzir uma historiografia pautada pela História Global que seja realmente capaz, como defende Dipesh Chakrabarty (2000), de “provincializar a Europa” e descentralizar nossos estudos. Além disso, no caso específico da história africana, teremos as bases para combater o discurso racialista que estrutura a episteme europeia que Valentin Mudimbe (2013) chama de “africanismo”. Tal como o “orientalismo” de Edward Said, o “africanismo” possui raízes iluministas e diz respeito a um “emaranhado de discursos formulados a partir do Ocidente” acerca de África. Esses discursos estão alicerçados em uma série de binômio que opõem sociedades africanas e sociedades europeias brancas, associando-as a termos como “tradição” e “modernidade”, “atraso” e “progresso”, “barbárie” e “civilização”, respectivamente. Forma-se assim a “biblioteca colonial”, definida por Mudimbe como:

[...] o conjunto de enunciados emanados de distintos grupos de observadores externos que acabaram por constituir “regimes de verdade” e servir de recurso de autoridade de uma “razão etnológica” amplamente empregada na interpretação das realidades africanas – inclusive por africanos (2013, pp. 287-288).

Qualquer esforço de desracialização da história africana deve, antes de tudo, questionar esse regime de verdade, bem como suas bases epistemológicas imperialistas. Até porque a noção de raça, enquanto argumento determinista e estigmatizante, ignora a agência histórica das sociedades africanas, retirando-as da própria história.

A própria forma como vemos o espaço em que estão inseridas essas sociedades impacta na forma como as categorizamos. Como aponta Kathleen Berzock, “a representação comum do deserto do Saara como um vasto vazio que separa a África do Norte e a África Subsaariana reforça a percepção de uma clara diferença entre os dois” (2019, pp. 23-24, tradução livre). Essa divisão entre “África Negra” e uma “África Branca”, portanto, não apenas se baseia em conceitos e modelos racistas como também são inteiramente artificiais. Além disso, esse tipo de leitura não apenas se deve às projeções colonialistas dos pesquisadores europeus, como foi reforçada por uma leitura racializada da literatura árabe-muçulmana, principal *corpus* documental utilizado para o estudo da história norte-africana.

Na literatura árabe-muçulmana, a região ao sul do Saara era chamada de *Bilād as-Sūdān* (“terra dos negros”), termo do qual deriva a expressão “África negra”, sendo que em seu uso original “as diferenças não eram assinaladas apenas pela cor da pele dos habitantes, mas por um conjunto de elementos que engloba aspectos ambientais, geográficos e históricos” (MACEDO, 2013, p. 51). Podemos exemplificar com o caso de Ibn Battuta:

Quando o viajante marroquino medieval Ibn Battuta visitou o Sahel da África Ocidental e o Saara Meridional em 1352-53, ele trouxe consigo uma concepção norte-africana da diferença “racial” que parece não ser familiar para as pessoas com quem ele interagia. Ao relatar suas viagens, Ibn Battuta repetidamente distinguiu entre três tipos principais de pessoas encontradas na área: negros, berberes e brancos. É claro que aqueles que ele identificou como “brancos” incluíam apenas pessoas como ele, que se originaram no norte da África ou no Oriente Médio e que residiam nas cidades da orla do deserto, principalmente como comerciantes (HALL, 2005, p. 339, tradução livre).

Isto é, apesar de no período pré-moderno já existir, no mundo árabe-muçulmano, uma “associação crescente dos negros com a escravidão, a barbárie, a ignorância e a licenciosidade”, não se tratava de um consenso, existindo uma variedade de opiniões divergentes acerca da relação entre fenótipo, religião e escravidão (GOMEZ, 2017, p. 53, tradução livre). Porém, à revelia do significado original, os europeus interpretaram esses escritos sob a luz de sua própria “biblioteca colonial”, construindo um discurso racial com base neles. Pensadores como Georg Wilhelm

Friedrich Hegel se utilizaram desse binômio entre “África negra” e “África branca” para associar o que Hegel chamou de “África propriamente dita”, isto é, a “África Negra”, à uma série de estigmas que a opunha à “África Branca”, supostamente mais próxima do ideal europeu por ter habitantes com pele mais clara e que seguiam uma religião monoteísta.

Foi com o surgimento do campo dos estudos pós-coloniais após a Segunda Guerra Mundial que esse paradigma racialista começou a ser ativamente questionado pelos pesquisadores da história africana, tanto europeus quanto, sobretudo, africanos. O que começou como uma crítica às bases epistemológicas e ontológicas do pensamento colonial logo se tornou um crítica à historiografia europeia, com uma série de estudos que “ofereceram estudos notáveis sobre os fundamentos pré-coloniais e coloniais da história do Sahel medieval, revelando através de uma arqueologia do conhecimento as ‘cadeias de autoridade’ que enraízam de forma duradoura certas hipóteses” (VERNET, 2013, pp. 5-6). Esse processo está longe de acabar, recentemente tendo se voltado para a problemática das fontes. Se por um lado os historiadores têm se aliado aos arqueólogos a fim de explorar novas possibilidades de acesso aos vestígios desse passado, por outro as ferramentas da linguística e da análise do discurso despontaram como alternativa para lidar com as fontes escritas:

Pressionadas ao extremo, as descrições de Gana por al-Bakri ou o *Ta’rīh* de Timbuktu – que geraram uma bibliografia impressionante – não teriam mais nada a revelar? Isso seria esquecer os princípios da abordagem histórica, que se baseia antes de tudo na renovação das questões colocadas aos textos. [...] Longe de levar a declarar a inutilidade dos documentos, o trabalho de desconstrução crítica já iniciado, como o progresso da arqueologia, deve, ao contrário, nos empurrar para novos horizontes de interpretação” (VERNET, 2013, p. 6, tradução livre).

Além disso, o refinamento teórico-metodológico das últimas décadas possibilitou tanto a revisão dos conceitos e categorias utilizados quanto a reelaboração das ferramentas e abordagens, a exemplo da História Global e da Teoria dos Sistemas-Mundo. Nesse sentido, a proposta de trabalharmos com a elaboração de novos modelos teóricos, como vimos anteriormente, é uma dessas alternativas para a construção de um novo paradigma historiográfico para a história africana. Descentralizar a Europa e estudar a África integrada às dinâmicas globais pode contribuir, nesse sentido, para uma “história afro-urasiática”, sem um pólo central e, portanto, focado nas grandes transformações estruturais e processos históricos, desafiando nossas balizas temporais e espaciais e, conseqüentemente, nossa visão de mundo eurocentrada.

Partindo desse projeto crítico de História Global e considerando a natureza dos relatos árabe-muçulmanos sobre a África, pode ser profícuo um caminho que trate essas fontes não apenas como meros textos, mas como mapas. Afinal, falamos de fontes que são não apenas descrições geográficas como também discursos geográficos, inseridos em contextos históricos específicos e relacionados, sob uma ótica da geografia política e da história do pensamento geográfico, a projetos de poder precisos (HARLEY, 2009). O conceito de “linguagem cartográfica” definido por Brian Harley nos permite articular os campos da linguística e da análise literária ao da cartografia e da iconologia, tratando esses textos como formadores de imagens mentais que se projetam sobre o espaço. Consequentemente, com base na proposição de Andréa Carla Doré de que as “distorções e corrupções dos copistas, produtores e consumidores de mapas, sejam entendidas como formas de interpretar e atribuir sentido às descrições dos espaços, na forma de textos ou imagens” (2022, p. 157, tradução livre), seremos capazes de pensar esses textos, inseridos na longa tradição literária árabe-muçulmana, como cópias cartográficas portadoras de discursos próprios sobre o espaço. Afinal, como aponta Harley, o simples fato de se denominar ou situar um elemento sobre o mapa possui frequentemente uma carga política, uma vez que o saber também pode se configurar como uma forma de poder (HARLEY, 2009).

Este último se trata de um ponto nevrálgico da pesquisa com esse tipo de fonte. De acordo com Ousmane Oumar Kane (2016), podemos falar, inspirados pela concepção supracitada de “biblioteca colonial” elaborada por Mudimbe, de uma “biblioteca islâmica”; tanto física, no sentido da existência física de manuscritos e mapas em bibliotecas árabe-muçulmanas, quando discursiva, no sentido de uma tradição relacionada à transmissão do conhecimento e à percepção dos muçulmanos sobre o Saara e o *Bilād as-Sūdān*. Essas fontes, apesar de relatarem, descreverem e comentarem sobre o Norte de África e as sociedades sahelianas, foram produzidas por autores muçulmanos a partir de contextos e pontos de vista próprios. Tendo isso em vista, uma série de questões podem ser abordadas, como a islamização das sociedades sul saarianas, os projetos de expansão do Islam, ou ainda a maneira como o Sahel era ou não incorporado ao espaço do Islam (*dar al-Islam*).

Considerações

Portanto, nota-se como a historicização do espaço pode levar, irremediavelmente, a uma crítica, senão reformulação completa, da abordagem teórico-metodológica de nossas pesquisas. Ao redefinirmos nossas concepções mais básicas sobre o espaço, somos levados a rever categorias e conceitos que, até então, não nos pareciam estar relacionados à problemática espacial. Todavia, ao termos claros nossos novos pressupostos, somos capazes não apenas de apontar os problemas e limites de nossas fontes mas também, e sobretudo, suas potencialidades, a partir de novas abordagens e cruzamentos interdisciplinares. Nesse sentido, a reelaboração teórico-metodológica da História Global, por exemplo, leva necessariamente a uma revisitação das fontes utilizadas, dessa vez com novos problemas a serem investigados e novas categorias e conceitos a serem mobilizados. Assim, a mudança paradigmática que começou com Fernand Braudel na década de 1950 repercute e se desenrola até a atualidade, impulsionada pelos estudos decoloniais e pela abordagem global, mas sobretudo por pesquisadores de países periféricos do capitalismo, oxigenando o campo e dando margem para uma autocrítica potente e ampla capaz de superar as limitações dos primeiros grandes modelos globais.

Referências Bibliográficas

Bibliografia Crítica

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Fernand Braudel e as Ciências Humanas**. Tradução de Jurandir Malerba. Londrina: Eduel, 2013.

AUSTIN, Gareth. Reciprocal comparison and African history tackling conceptual Eurocentrism in the study of Africa's economic past. **African Studies Review**, 2007, pp. 1-28.

BERZOCK, Kathleen B. (Ed.). **Caravans of Gold, Fragments in Time: Art, Culture, and Exchange across Medieval Saharan Africa**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2019.

BOVO, Cláudia Regina; BAYARD, Adrien. Histórias conectadas da Idade Média: abordagens globais antes de 1600. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 27, n. 44, p. 10-16, 2020.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. **Revista de História**, v. 30, n. 62, 1965, pp. 261-294.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

DORÉ, Andréa et al. La traducción de una ciudad: copias de Suaquem en la cartografía manuscrita portuguesa del Mar Rojo. **Espacio Tiempo y Forma**. Serie IV, Historia Moderna, n. 35, 2022, pp. 157-180.

FEINMAN, Gary M. Economic aspects of globalization in the past material world. In; HODOS, Tamar (Ed.). **The Routledge Handbook of Archaeology and Globalization**. London: Routledge, 2017.

GOMEZ, Michael A. **African Dominion: A New History of Empire in Early and Medieval West Africa**. Princeton: Princeton University Press, 2017.

HALL, Bruce S. The question of ‘race’ in the pre-colonial southern Sahara. **The Journal of North African Studies**, v. 10, n. 3-4, 2005, pp. 339-367.

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. **Confins [Online]**, v. 5, 2009, n. p. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/5724?lang=pt>>. Acesso em: 25 fev. 2022.

KANE, Ousmane O. **Beyond Timbuktu: an intellectual History of Muslim West Africa**. London: Harvard University Press, 2016.

LÖW, Martina. O *spatial turn*: para uma sociologia do espaço. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 25, n. 2, nov. 2013, pp. 17-34.

MACEDO, José Rivair. **História da África**. São Paulo: Contexto, 2013.

MACEDO, José Rivair. História da África: Questões epistemológicas, conceituais e didático-pedagógicas acerca de seu ensino. In: KOMINEK, Andrea M. V.; VANALI, Ana Crhistina (Orgs.). **Roteiros temáticos da Diáspora**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018, pp. 23-47.

MARQUES, Diego Souza. O comércio transaariano e os Estados do Sudão Ocidental: séculos VIII-XVI. In: MACEDO, José Rivair (Org.). **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, pp. 45-55.

MORALES, Fábio Augusto; SILVA, Uiran Gebara da. História Antiga e História Global: afluentes e confluências. **Revista Brasileira de História**, v. 40, 2020, pp. 125-150.

MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Ramada; Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013.

OLSTEIN, Diego Adrián. **Thinking history globally**. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

PINTO, Otávio Luiz Vieira. Connecting worlds, connecting narratives: global history, periodisation and the year 751 CE. **Esboços**, Florianópolis, v. 26, n. 42, maio/ago. 2019, pp. 255-269.

RIBEIRO, Guilherme. A arte de conjugar tempo e espaço: Fernand Braudel, a geo-história e a longa duração. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 22, 2015, pp. 605-611.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª Ed. São Paulo: Edusp, 2002

SILVA, Marcelo Cândido da. Uma história global antes da globalização: Circulação e espaços conectados na idade média. **Revista de História** (São Paulo), n. 179, 2020, pp. 1-19.

VERNET, Thomas. Des empires de l’âge d’or à la délicate mécanique des sociétés: histoire et archéologie du Sahel médiéval. Introduction au dossier. **Afriques. Débats, méthodes et terrains d’histoire**, n. 04, 2013, n. p. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/afriques/1283>>. Acesso em: 25 fev. 2022.